

Do luto à luta

Roberto Livianu (*)

Corrupção é cercada por areia movediça. Ter consciência do problema é o 1º passo

São já 5 anos e meio de Lava Jato, 6 da lei da colaboração premiada, 7 do processo criminal do mensalão e lá se vão mais de 31 de Constituição Cidadã. Mesmo assim, 73% dos brasileiros continuam temendo retaliação se denunciarem a corrupção.

Este é sinal claro de que há um campo com areia movediça em torno dos números da corrupção no Brasil (que nos impede de quantificá-la com exatidão) em face da óbvia grandeza dos índices de subnotificação (casos não denunciados, a chamada “cifra negra” criminológica).

Para 54% dos brasileiros, a corrupção, de um modo geral, aumentou (em relação a 2018). E para 63% deles, todos ou a maioria dos integrantes do Congresso Nacional estão envolvidos com a corrupção. Para 57% dos ouvidos, a Presidência da República também está envolvida, mesmo tendo sido o Presidente eleito com discurso enfático à luta anticorrupção. Para igualmente 57% dos ouvidos, o Governo Federal não realiza bom trabalho no combate à corrupção.

É chocante este outro número, mas a verdade é que 40% dos ouvidos no Brasil já foram abordados com ofertas para a compra de seus votos. Pior que este percentual na região, somente o México (50%) e a República Dominicana (46%).

Mesmo neste contexto, o Congresso aprovou uma nova lei de partidos políticos que permite que se utilizem recursos do fundo partidário sem limites com despesas de advogados e contadores, mesmo se sabendo que a precificação de serviços de advogados é complexa e que isto institui brecha para o caixa 2 eleitoral, legitimando-se artificialmente gastos indevidos, como a compra de votos. Autorizou ainda a nova lei a compra de helicópteros ou veículos de luxo.

Os números estão dolorosamente apontados no relatório da 10ª edição do Barômetro Global da Corrupção, realizado pela Transparência Internacional, ouvindo 17.000 pessoas em 18 países, divulgado nos últimos dias, ressaltando que

a análise observa aspectos relacionados à percepção subjetiva da corrupção e deixa de analisar a quantidade e qualidade da vitalidade no enfrentamento deste fenômeno pelas instituições, vale destacar que se há mais visibilidade em relação à corrupção e em boa parte isto deve ser creditado a seu desmascaramento e corajoso combate.

Por outro lado, a pesquisa aponta que apenas 11% dos brasileiros teriam pago propina. Com números melhores, apenas Barbados (9%) e Costa Rica (7%). Mas a verdade é que nosso problema não é a corrupção miúda do varejo, e sim, a grande fraude, a corrupção eleitoral, a corrupção nos partidos políticos, nas licitações para contratações públicas.

Estes números não consideraram a aprovação da Lei Renan Calheiros de abuso de autoridade, a obstaculização do trabalho do Coaf (hoje UIF) para informar o MP sobre transações financeiras suspeitas e da Receita Federal, pretendendo-se cercear sua autonomia e muito menos a nova lei dos partidos, que, como já se enfatizou, abre brechas para o caixa dois eleitoral e para a lavagem de dinheiro.

Mesmo assim, misteriosamente, para 82% dos brasileiros, o cidadão comum daqui pode fazer a diferença. Nosso otimismo ainda se sobrepõe surpreendentemente às agruras terríveis do sentimento de impunidade da corrupção, que ainda imperam, já que Mensalão e Lava Jato tocaram apenas a ponta do iceberg. E hoje, 90% dos brasileiros percebe a corrupção como um grande problema nacional (acima da média da América Latina – 85%).

Para vencer, não bastam investigações, processos e penas. Falta reforma político-partidária, novas medidas contra a corrupção, fim do foro privilegiado, mais transparência, escolas conscientes nas eleições e muito mais. Mas, ter consciência sobre a gravidade do problema e estar otimista em relação a seu enfrentamento lastreiam e permitem um primeiro passo. Avancemos!

(*) - Doutor em direito pela USP, presidente do Instituto Não Aceito Corrupção e diretor do Ministério Público Democrático, é promotor de Justiça São Paulo.

Congresso aprova Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2020

O Congresso Nacional aprovou ontem (9) o texto-base da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020. O texto segue para sanção do presidente da República

Aprovado na forma do substitutivo do relator, deputado Cacá Leão (PP-BA), o texto do dispositivo foi aprovado em agosto pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Apesar de apreciar a proposta, o relator apresentou um adendo ao texto, retomando a redação original do Poder Executivo sem previsão de destinação de recursos para o Fundo Especial de Financiamento Eleitoral. Dessa forma, os recursos públicos para a campanha eleitoral do próximo ano serão definidos somente na Lei Orçamentária Anual, que será votada antes do recesso legislativo (até 23 de dezembro).

O texto prevê que o salário mínimo seja reajustado para R\$ 1.040 em 2020, sem ganho acima da inflação. O aumento nominal será de 4,2% na comparação com o valor atual do mínimo (R\$ 998). A variação



Texto prevê para o ano que vem salário mínimo de R\$ 1.040.

é a mesma prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para os dois anos seguintes, a proposta sugere que a correção também siga apenas a variação do INPC.

Em relação à meta fiscal, o projeto prevê um déficit primário para 2020 no valor de R\$ 124,1 bilhões para o governo

central, que considera as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. Para este ano, a meta é de déficit de R\$ 139 bilhões. O texto incluiu a permissão para que o Executivo autorize reajuste salarial para o funcionalismo público no ano que vem.

Esse trecho da proposta

contraria o governo que, na proposta original enviada ao Congresso em abril, prevê a possibilidade de aumento apenas aos militares das Forças Armadas. A proposta aprovada autoriza ainda a nomeação, em 2020, de aprovados no concurso mais recente da Polícia Rodoviária Federal.

Bolsonaro veta psicólogo e assistente social nas escolas

O presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou integralmente o projeto que garantia atendimento por profissionais de psicologia e serviço social aos alunos das escolas públicas de educação básica. O projeto foi aprovado em setembro pela Câmara, na forma de um substitutivo elaborado pelo Senado. A Presidência decidiu vetar o projeto, argumentando que há inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

“A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros”.

Pela proposta do ex-deputado José Carlos Elias, equipes com profissionais dessas disciplinas deveriam atender os estudantes dos ensinos fundamental e médio, buscando a melhoria do processo de aprendizagem e das relações entre alunos, professores e a comunidade escolar. O texto ainda estabelecia que, quando houvesse necessidade, os alunos deveriam ser atendidos em parceria com profissionais do SUS. Deputados e senadores vão analisar o veto quando ele for incluído na pauta do Congresso Nacional (Ag.Senado).

Acordo destrava recursos da educação e seguridade

O Congresso Nacional aprovou, ontem (9), o projeto que remaneja pouco mais de R\$ 3 bilhões do Orçamento da União, antes destinados à Seguridade Social e à Educação, para os Ministérios do Desenvolvimento Regional (R\$ 1 bilhão), da Saúde (R\$ 732 milhões) e da Defesa (R\$ 541,6 milhões), entre outros órgãos. A votação encerrou um grande debate que envolveu o governo federal e as duas casas do Congresso desde o início da semana e dividiu deputados e senadores.

Iniciada na terça-feira (8), a sessão sofreu obstrução de alguns partidos após a Câmara ter aprovado a matéria. A votação de ontem aconteceu após o grupo de senadores denominado como “Muda Senado” fechar um acordo com a base do governo, retirando a obstrução mediante o compromisso de o governo recompor o orçamento da educação e outros. O acordo foi anunciado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e confirmado pelo líder do governo, senador Fernando Bezerra (MDB-PE).

Tanto a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) quanto



Integrantes do ‘Muda Senado’ obtiveram compromisso do governo de recompor verbas da educação.

Alessandro Vieira confirmaram que, nos termos do acordo, está o compromisso de o governo mais tarde enviar um projeto ao Senado repondo o que foi retirado da educação. Alessandro estima que isso aconteça até o final de outubro. Eliziane disse que a universidade do seu estado, a Federal do Maranhão, é uma das que perdem com o atual remanejamento de verbas. “Não podemos deixar as universidades em segundo plano, por isso estaremos acompanhando de perto essa recomposição”, destacou.

Antes do acordo que viabili-

zou a votação do Senado — foram 40 senadores favoráveis e 2 contrários — o deputado Marcelo Nilo (PSB-BA) disse que o projeto “atende os parlamentares na vergonhosa negociação feita pelo ministro Onyx Lorenzoni [Casa Civil]”. Segundo ele, Onyx já foi à Câmara dizer que quem votou contra a reforma da Previdência não terá emendas liberadas e quem demorou a entrar no Plenário terá um corte percentual. “É o tomalá, dá cá mais vergonhoso do Congresso brasileiro”, desabafou (Ag.Senado).

Parcelamento de dívidas no esporte e punição para ‘cartolas’

Edilson Rodrigues/Ag.Senado



Leila Barros, autora do projeto: esporte olímpico brasileiro “está endividado e falido”.

A CCJ do Senado aprovou ontem (9) o projeto que permite a renegociação de dívidas de clubes, federações e ligas esportivas com a União. As entidades interessadas devem aderir a um programa de modernização de gestão. O projeto institui o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro (Proesp), para “garantir a sustentabilidade e fortalecer a governança, a transparência e a gestão democrática” das entidades. De acordo com o texto, as dívidas podem ser parceladas em até 20 anos, com juros calculados pela taxa Selic mais 1%.

As regras valem para débitos de natureza fiscal, administrativa, trabalhista ou previdenciária. Dívidas com o FGTS e com contribuições sociais poderão ser parceladas em até 15 anos. Para permanecer no programa, a entidade deve cumprir exigências criadas pela Lei Pelé, como estar em

dia com as obrigações fiscais e trabalhistas.

Também exige que a entidade tenha dirigentes com mandato máximo de quatro anos; seja transparente na gestão, inclusive em relação a dados financeiros, contratos, patrocinadores e direitos de imagem; e garanta a representação dos atletas em órgãos e conselhos técnicos responsáveis pelos regulamentos de competições.

A entidade deve incluir no estatuto social a previsão de “afastamento imediato e inelegibilidade” de dirigentes e administradores envolvidos com esse tipo de crime. O projeto prevê ainda que bens particulares dos “cartolas” sejam usados para o ressarcimento de danos. Os dirigentes respondem “solidariamente e ilimitadamente” por atos ilícitos ou contrários ao estatuto da entidade. A regra vale para o administrador que acobertar irregularidades de gestões anteriores (Ag.Senado).

Isenção de IR para aposentados acima dos 60 anos

Rendimentos de pensões e aposentadorias pagas pelo INSS, até o limite do teto (hoje em R\$ 5,8 mil), poderão ficar livres de cobrança do Imposto de Renda (IR) quando o segurado completar 60 anos. A isenção é o que almeja o projeto, de autoria do senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), aprovado ontem (9) na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Agora, a proposta será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A mudança na lei que regula o IR, teve voto favorável do relator, senador Paulo Paim (PT-RS). Durante a discussão, ele apresentou emenda para garantir o limite dos rendimentos aptos ao benefício. Conforme argumentou, a aprovação do projeto vai possibilitar a recuperação do poder aquisitivo dos beneficiários previdenciários dos segurados que contribuíram, durante toda a sua vida laboral, com valores acima do salário mínimo.

Atualmente, a lei estabelece isenção de rendimentos de aposentadoria e pensão, de



Senador Jorge Kajuru, autor da proposta.

transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência, dos estados e dos municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 anos. A mesma norma impõe como teto mensal para essa isenção o valor de R\$ 1.903,98.

Assim, ao mesmo tempo em que reduz a faixa etária que

torna o segurado apto à isenção proposta, o projeto amplia o limite mensal de referência para o teto de aposentadorias e pensões pagas pelo RGPS: R\$ 5.839,45. “Queremos contribuir para minimizar a perda dos aposentados e pensionistas da Previdência, oferecendo-lhes uma pequena compensação pela diferença de critério no reajuste de seus benefícios, em relação ao salário mínimo”, argumenta Kajuru (Ag.Senado).